



DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 14

QUARTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1993

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 9, DE 1993-CN

Da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 315, de 27-3-93, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

**Relator:** Deputado Jorge Khoury

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República expediu a Medida Provisória nº 315, de 27 de março de 1993, cujo texto submete à apreciação do Congresso Nacional.

A Medida Provisória que ora se examina objetiva a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Regional, no valor de Cr\$4.711.000.000.000,00 (quatro trilhões, setecentos e onze bilhões de cruzeiros), que servirão às ações de combate aos efeitos da seca na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

Os recursos correrão à conta da Reserva de Contingência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, conforme especificado nos Anexos I e II da referida Medida Provisória, e serão liberados em três parcelas, observado o interstício de trinta dias entre elas.

Lamentavelmente, o texto da Medida Provisória nº 315/93 não nos chegou acompanhado da Exposição de Motivos que lhe forneceu embasamento, e que seria fundamental ao exame da proposição, inclusive por envolver significativo montante de recursos. Segundo informações do Ministério da Integração Regional, com as ações a serem desenvolvidas pretende-se beneficiar cerca de 1.200.000 pessoas nos Estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais.

Entende-se pois que o Poder Executivo com a presente Medida Provisória complementa e reforça sua ação nos Estados atingidos pela longa e persistente estiagem, que vem provocando efeitos devastadores na economia da região, com as previsíveis consequências de fome e desemprego.

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, cabe a esta Comissão emitir parecer, preliminarmente, sobre a admissibilidade total ou parcial da Medida Provisória em foco, com o objetivo de examinar se atende ou não aos pressupostos de urgência e relevância, expressos no art. 62 da Constituição Federal.

O pressuposto de urgência para a edição de uma Medida Provisória encontra parâmetro objetivo na própria Carta Magna, qual seja o regime de urgência a ser solicitado pelo Senhor Presidente da República, nos projetos de lei de sua iniciativa, conforme prevê o art. 64 da Lei Maior.

Assim, entendemos que uma medida provisória pode ser enquadrada no pressuposto de urgência quando a matéria nela contida necessitar promulgação, antes dos cem dias usuais para tramitação de projetos de iniciativa do Senhor Presidente da República.

A Medida Provisória sob exame, sem dúvida enquadra-se nos pressupostos aludidos, vez que a calamidade climática que ocorre na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais reclama ações imediatas. Neste sentido, o anexo III da Medida Provisória nº 315/93 estabelece a distribuição proporcional dos recursos por Estados, privilegiando-se aqueles onde o problema da seca atinge maior contingente populacional. As ações pretendidas estarão concentradas na formação de frentes produtivas de trabalho, que permitam a ocupação da mão-de-obra expulsa da lavoura, dotando-a de condições mínimas de sobrevivência, durante o período da seca, além de promover a realização de obras que resultem em ganho efetivo para o desenvolvimento dos Municípios.

Fica, portanto, sobejamente demonstrada a relevância da matéria objeto da Medida Provisória, bem como sua urgência, tendo em vista de um lado, minorar a situação de penúria dos flagelados, e por outro lado, conter, com a fixação da população rural nas frentes de trabalho, o êxodo que expandirá para pólos de maior desenvolvimento, o problema dos desempregados, provocando até convulsões de ordem social.

Diante do exposto, conclui-se pela admissibilidade da Medida Provisória nº 315, de 27 de março de 1993, atendidos que foram os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Sala das Comissões, 31 de março de 1993. — Deputado Ivandro Cunha Lima, Presidente — Deputado Jorge Khoury, Relator — Senador Garibaldi Alves — Senador Esperidião Amin — Senador Beni Veras — Senador Ney Suassuna — Deputado Ricardo Fiuza — Senador Teotônio Vilela Filho — Deputado Ribeiro Tavares — Senador Jonas Pinheiro — Senador Francisco Rollemberg — Senador Epitácio Cafeteira.

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MALA**

Diretor Executivo

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

**SUMÁRIO****1 — ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE ABRIL DE 1993****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Comunicação da Presidência**

— Recebimento do Parecer nº 9, de 1993-CN, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 315, de 27 de março de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário, para os fins que especifica e dá outras providências e abertura de prazo para apresentação de recurso.

**1.2.2 — Ofício**

— Da Liderança do PDS, referente à substituição de representantes do Partido em Comissão Mista.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Medida Provisória nº 314, de 12 de março de 1993, que dispõe sobre a remuneração de cargos do art. 1º da Lei nº 5.899 de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de julho de 1992. Apreciação adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.

**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Sr. Aloízio Mercadante, proferido na sessão de 31-3-93.

**Ata da 13ª Sessão Conjunta, em 6 de abril de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Beni Veras***ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo — Albano Franco — Alfredo Campos — Álvaro Pacheco — Bello Parga — Beni Veras — Carlos De'Carli — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Eício Alvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Fiva Blay — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Gilberto Miranda — Humberto Lucena — Hydekél Freitas — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João França — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Riça — José Sarney — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Marco Maciel — Mário Covas — Mauro Benevides — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Pedro Teixeira — Raimundo Lira — Valmir Campelo.

/ E OS SRS.

**RORAIMA**

ALCESTE ALMEIDA  
FRANCISCO RODRIGUES

BLOCO  
BLOCO

JULIO CABRAL  
MARCELO LUZ  
RUBEN BENTO

**AMAPA**

AROLD GOES  
ERALDO TRINDADE  
FATIMA PELAES  
GILVAM BORGES  
LOURIVAL FREITAS  
MURILO PINHEIRO

**PARA'**

DOMINGOS JUVENIL  
ELIEL RODRIGUES

PP  
PP  
BLOCO

PDT  
PDS  
BLOCO  
PMDB  
PT  
BLOCO

PMDB  
PMDB

OSVALDO MELO	PDS	RIO GRANDE DO NORTE	
PAULO ROCHA	PT		
PAULO TITAN	PMDB	IBERE FERREIRA	BLOCO
AMAZONAS		PARAIBA	
ATILA LINS	BLOCO	IVAN BURITY	BLOCO
BETH AZIZE	PDT	VITAL DO REGO	PDT
EZIO FERREIRA	BLOCO		
RONDONIA		PERNAMBUCO	
MAURICIO CALIXTO	BLOCO	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
RAQUEL CANDIDO	BLOCO	NILSON GIBSON	PMDB
		RENILDO CALHEIROS	PCdoB
		SALATIEL CARVALHO	PP
ACRE		ALAGOAS	
ADELAIDE NERI	PMDB		
CELIA MENDES	PDS	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
JOAO MAIA	PP	MENDONCA NETO	PDT
JOAO TOTA	PDS		
ZILA BEZERRA	PMDB	SERGIPE	
TOCANTINS		JOSE TELES	PDS
		PEDRO VALADARES	PP
DARCI COELHO	BLOCO	BAHIA	
MARANHAO		CLOVIS ASSIS	PDT
		FELIX MENDONCA	BLOCO
		GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
COSTA FERREIRA	PP	GENEBALDO CORREIA	PMDB
DANIEL SILVA	PDS	JOAO ALMEIDA	PMDB
JAYME SANTANA	PSDB	JOAO ALVES	PDS
NAN SOUZA	PP	JCNIVAL LUCAS	PDC
PEDRO NOVAIS	PDC	JORGE KHOURY	BLOCO
RICARDO MURAD	BLOCO	PRISCO VIANA	PDS
		SERGIO BRITO	PDC
CEARA		MINAS GERAIS	
AECIO DE BORBA	PDS		
CARLOS BENEVIDES	PMDB	AGOSTINHO VALENTE	PT
GONZAGA MOTA	PMDB	ARACELY DE PAULA	BLOCO
JACKSON PEREIRA	PSDB	EDINHO FERRAMENTA	PT
MAURO SAMPAIO	PSDB	OELMO LEAO	PRN
SERGIO MACHADO	PSDB	PAULO ROMANO	BLOCO
		SAMIR TANNUS	PDC
PIAUI		SERGIO MIRANDA	PCdoB
B. SA	PP	ESPIRITO SANTO	
FELIPE MENDES	PDS		
JOSE LUIZ MAIA	PDS	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
PAES LANDIM	BLOCO	RITA CAMATA	PMDB

## RIO DE JANEIRO

FRANCISCO SILVA	PP
JAIR BOLSONARO	PDC
MIRO TEIXEIRA	PDT
SERGIO AROUCA	PCB

## SAO PAULO

AIRTON SANDOVAL	PMDB
ALDO REBELO	PCdoB
BETO MANSUR	PDT
JOSE ABRAO	PSDB
JOSE GENOINO	PT
LUIZ GUSHIKEN	PT
MALULY NETTO	BLOCO
MARCELO BARBIERI	PMDB
PAULO LIMA	BLOCO
PEDRO PAVAO	PDS
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB

## DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO	PCB
CHICO VIGILANTE	PT
JOFRAN FREJAT	BLOCO
OSORIO ADRIANO	BLOCO
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB

## GOIAS

LUCIA VANIA	PP
MAURO BORGES	PP

## MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO	BLOCO
--------------	-------

## PARANA

ANTONIO UENO	BLOCO
EDI SILIPRANDI	PDT
REINHOLD STEPHANES	BLOCO

## SANTA CATARINA

DERCIO KNOP	PDT
VASCO FURLAN	PDS

## RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADYLSO MOTA	PDS

AMAURY MULLER	PDT
FETTER JUNIOR	PDS
HILARIO BRAUN	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
NELSON JOBIM	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
PAULO PAIM	PT
WALDOMIRO FIORAVANTE	PT

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 113 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A Presidência recebeu o Parecer nº 09, de 1993-CN, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 315, de 27 de março de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito extraordinário, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 24 horas para interposição do recurso ali previsto.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 1º de abril de 1993

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência a substituição dos representantes do Partido Democrático Social — PDS, Senadores Esperidião Amin e Lucídio Portella como Titular e Suplente, respectivamente, que integram a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 315, de 27-3-93, pelos Senadores Lucídio Portella, como Titular, e Jarbas Passarinho, como Suplente.

Ao ensejo, renovo-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente, Senador Esperidião Amin, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Serão feitas as substituições solicitadas.

— Passa-se à

## ORDEM DO DIA

O Sr. Clóvis Assis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CLÓVIS ASSIS (Bloco Democrático — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — É regimental o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> Efetivamente, não existe 1/6 dos Srs. Senadores e Srs. Deputados em plenário, **quorum** regimental para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, a matéria constante da pauta de hoje fica adiada.

É a seguinte a matéria cuja apreciação fica adiada:

— 1 —

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 314, de 12 de março de 1993, que dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1992, e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALOÍZIO MERCADANTE NA SESSÃO CONJUNTA DE 31-3-93, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. ALOÍZIO MERCADANTE** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, volto à tribuna para criticar a proposta orçamentária que iremos votar com três meses de atraso, o que mostra a falta de responsabilidade do Governo quanto à tramitação do Orçamento, mesmo porque, depois de três meses de discussão, observamos a ausência de verbas para o pagamento do funcionalismo público e dos 147% aos aposentados. Mas vemos que foi mantida a remuneração do Vice-Presidente da República, um cargo vago no momento.

Estamos votando com três meses de atraso a peça orçamentária e recebemos em plenário as erratas. São centenas de emendas que não temos como identificar. Não sabemos exatamente o que está sendo modificado, quem está sendo beneficiado, que projeto, que Estado, que setor.

Mas não é somente isso. Qual é o Orçamento que estamos votando hoje? Um Orçamento no qual o Relator-Geral ampliou em 8 bilhões e 900 milhões de dólares os recursos previstos no projeto original do Executivo, e o destino dos recursos orçamentários dado pelas emendas apresentadas não está

de acordo com as necessidades da sociedade e com a gravidade da crise que vivemos. Para o Ministério do Interior e Desenvolvimento Regional, por exemplo, estão previstos 1 bilhão e 200 milhões de dólares, um acréscimo de 156% — um verdadeiro lixo orçamentário! Não há prioridade de programas, de projetos, de definições ou de estratégias de desenvolvimento.

Por outro lado, na área de saúde, às voltas com o cólera, com a AIDS, o acréscimo é de apenas 2%: 170 milhões de dólares. Talvez porque o combate à cólera não dê votos; não é possível inaugurar obras e se beneficiar com esse tipo de política social.

O Orçamento mostra que essa lógica de balcão, de negociação das emendas está absolutamente fadada ao fracasso, num país que não se pode mais dar ao luxo de errar em matéria orçamentária, com uma inflação de 27% ao mês, com uma indústria que nos últimos dez anos diminuiu em 21% o nível de atividade.

Nós temos de assegurar investimentos em infra-estrutura, em políticas de desenvolvimento e em políticas sociais, para tratar do *apartheid* social que afasta da sociedade 54 milhões de brasileiros. Num país onde 52% da força de trabalho recebem dois salários mínimos, estamos dando dinheiro para o Ministério da Integração Regional e para o Ministério do Bem-Estar Social, onde há o interesse fisiológico, mas onde não está traçado o caminho do desenvolvimento e das políticas sociais.

Por isso, nosso partido é contra, principalmente porque há um desrespeito aberto à LDO em seus arts. 16 e 38. Tanto é assim que o relator reconhece que a LDO não está sendo cumprida, porque o art. 8º do seu projeto diz:

“Todo excesso eventual de arrecadação deve ser para cobrir os arts. 16 e 38, a regionalização e a saúde — o Projeto do SUS.”

O próprio Relator reconhece que, no projeto do Orçamento, a LDO não está sendo cumprida.

Por tudo isso, porque não estamos planejando gasto público, elaborando o orçamento com a austeridade que o momento econômico e social exige, porque não estamos definindo prioridades para o desenvolvimento e para as políticas sociais, somos contra esta proposta orçamentária. E levantamos um protesto isolado, na expectativa de que os membros desta Casa, quem sabe, no ano que vem, sentem-se e discutam com seriedade, honestidade e transparência o orçamento que, neste momento, é mais uma peça de ficção do que propriamente um projeto que planeja o gasto público no País. (Palmas e apupos nas galerias.)

**PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO**

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais - 311-3728

Seção de Cobrança - 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Obs.: O CEGRAF não receberá Cheque via cartas para efetivar assinaturas.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS**